

Proposta para orçamento de 92 chega ao Congresso. E

JORNAL DA TARDE prevê ano difícil. 3 SET 1991

Com um corte de 25% em relação a 91, o governo federal encaminhando ontem ao Congresso a proposta orçamentária da União para 1992, incluindo os orçamentos de investimento das empresas da Seguridade Social. A receita total foi calculada em Cr\$ 51,309 trilhões. A proposta permite prever que, pelo menos no âmbito da União, 1992 será um ano muito difícil, no qual o volume dos dispêndios, por parte do setor produtivo estatal, aponta para a continuidade da recessão. O governo prevê "taxa nula de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB)". Outra previsão: a oferta de emprego não crescerá, permanecendo nos mesmos níveis do segundo semestre de 91.

Da receita total, só os gastos com dívida de responsabilidade do Tesouro consumirão Cr\$ 23,921 trilhões. Estão previstas despesas de Cr\$ 4,976 trilhões com pessoal, Cr\$ 5,037 trilhões para a Seguridade Social e Cr\$ 4,109 trilhões para transferências aos Estados e municípios. Foi projetado um déficit de Cr\$ 6,5 trilhões no Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O orçamento da Seguridade Social é de Cr\$ 13,407 trilhões. "É um orçamento com equilíbrio", disse ontem o secretário de Planejamento, Pedro Parente.

Embora o Ministério da Saúde tenha pedido Cr\$ 450 bilhões para a construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), o principal projeto do presidente Fernando Collor na área social, o orçamento con-

templou recursos de Cr\$ 346,8 bilhões. Fora as rubricas relacionadas com pessoal, dívida e transferências constitucionais, os congressistas podem mudar o orçamento nos limites estabelecidos pela Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO). A regra constitucional estabelece que os congressistas não poderão privilegiar projetos novos em relação a projetos em andamento, ou seja, aqueles que já tenham pelo menos 20% executados. Como este não é o caso dos Ciacs, isso significa que este projeto pode ser modificado do modo como o Congresso julgar conveniente.

Pedro Parente revelou que foi incorporada à receita de 1992 o valor de Cr\$ 1,073 trilhão, equivalente a 10% da receita tributária ou 1% do PIB previsto, como resultado do esforço de arrecadação que será deflagrado pela Receita Federal. Também foram incorporados ao orçamento Cr\$ 1,642 trilhão, resultantes da cobrança de 20% da dívida ativa da União. "Sem essa incorporação, não seria possível o atendimento de importantes programas", disse Parente.

A Presidência da República terá Cr\$ 1,107 trilhão, enquanto os três ministérios militares ficarão com Cr\$ 1,754 trilhão. A pasta da Educação terá Cr\$ 1,279 trilhão e a da Saúde, Cr\$ 2,178 trilhões. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social foi reservado um orçamento de Cr\$ 8,506 trilhões. Pedro Parente admitiu que o programa nuclear foi considerado prioritário e "protegido contra cortes".